
**As Representações Sociais da Comunidade Local de Rio Pardo sobre o Patrimônio
Histórico-Cultural e sua relação com o Turismo¹**

Claudiana y Castro- Universidade de Caxias do Sul²

Resumo: O presente artigo parte da pesquisa que será realizada durante o Mestrado de Turismo da Universidade de Caxias do Sul, no Município de Rio Pardo-RS. O objetivo da pesquisa é analisar as relações entre as representações sociais da comunidade riopardense sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística. Os procedimentos metodológicos a serem aplicados na pesquisa são: pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema, pesquisa exploratório-qualitativa visando conhecer os elementos que constituem a representação social da comunidade local riopardense a respeito do patrimônio histórico-cultural, e por fim análise de conteúdo da folheteria turística. Foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas à dez sujeitos residentes em Rio Pardo. A análise das informações da pesquisa piloto sugere que parte da comunidade tem uma relação significativa com o que a folheteria turística indica como patrimônio histórico-cultural. E outra parcela da comunidade local não comparte da visão de patrimônio da folheteria turística e nem sequer tem um conceito de patrimônio formado.

Palavras-Chave: Representações Sociais; Comunidade Riopardense; Patrimônio Histórico-Cultural; Turismo.

Introdução

¹ Trabalho apresentado ao GT “O legado cultural como atrativo e a responsabilidade do turismo” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Autora. Turismóloga.–Aluna do Curso de Mestrado de Turismo da Universidade de Caxias do Sul.
clauycaastro@yahoo.com.br

As reflexões aqui apresentadas tomam por base a pesquisa em andamento do Programa de Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, denominada: As representações sociais da comunidade local de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e sua relação com o turismo.

As representações sociais podem ser entendidas como “teorias sociais práticas” ou processos através dos quais os indivíduos em interação social constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e a organização dos comportamentos (Moscovici *apud* Vala, 1993, p. 02).

As representações sociais serviram de aporte teórico para o conhecimento do significado dado ao patrimônio histórico-cultural pelos cidadãos riopardenses. Trata-se basicamente do conhecimento sobre o que as pessoas sabem, o que sentem e o que fazem sobre pessoas ou coisas, pois, segundo Moreira e Oliveira (1997) os sujeitos e os grupos estabelecem relações sociais através das representações que eles constroem e esse processo de representação transita o pensar, o falar, o sentir, o criar, o desejar e o agir do sujeito. Concordando com isto, Wagner (2000) afirma que a interação entre as pessoas expressa e confirma suas crenças subjacentes, porque a representação é sempre uma unidade do pensar e do fazer das pessoas.

O patrimônio histórico-cultural constitui-se em um recurso para o turismo, uma vez que a comunidade concorde com isso, pois não só o passado é recuperado, como também são revitalizadas todas as atividades e expressões que se possam converter num instrumento a serviço do fortalecimento da identidade da comunidade. Nesse sentido, a presente pesquisa busca analisar a relação entre as representações sociais da comunidade local de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural e a folheteria turística do município. O presente artigo resulta da pesquisa piloto e visa construir hipóteses para o desenvolvimento da dissertação de mestrado.

Conceitos de Representações Sociais

Diversos autores têm demonstrado a dificuldade de se elaborar um conceito específico para as representações sociais, devido à complexidade do termo, o qual se aplica às diversas áreas do conhecimento humano. Dessa forma, o pesquisador adota o que mais se aproxima do campo de investigação científica. As representações sociais podem ser estudadas pela antropologia, pela psicologia, no campo da educação, pela economia e pelo turismo.

No estudo das representações sociais da comunidade local sobre o patrimônio histórico-cultural, adotou-se a abordagem da psicologia social, devido esta envolver aspectos de natureza cognitiva, afetiva e social porque segundo Spink (1997, p. 8),

é na psicologia social que as representações deixam de ser mera noção catalizadora e adquirem o estatuto de abordagem, ou mesmo, como querem alguns, de teoria. As razões são claras: a psicologia social se debruça sobre a questão do conhecimento como processo e não apenas como conteúdo.

Guareschi e Jovchelovitch (1995, p. 20) explicam isto da seguinte maneira:

o fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, ele envolve a cognição. O caráter simbólico e imaginativo desses saberes traz à tona a dimensão dos afetos, porque quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ato de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram sua base na realidade social.

A teoria das representações sociais se contrapõe à relação sujeito-objeto na produção do conhecimento. Elas são um conjunto de conhecimentos sobre os saberes populares elaborados e partilhados pelos diversos grupos com a finalidade de construção da realidade. Nesse processo, existe uma relação de simultaneidade nas interações com os objetos. Pois, ambos se modificam e complementam. Isto acontece porque "o objeto está inscrito num contexto ativo, sendo este contexto concebido pela pessoa ou grupo, pelo menos parcialmente, enquanto prolongamento do seu comportamento, de suas atitudes e das normas às quais se refere" (Abric, 1997, p. 27).

Assim sendo, "a representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas" (Abric, 1997, p. 28).

Representar um objeto significa inseri-lo significativamente no nosso mundo, fazer com que tenha um sentido para nós. A atividade representativa faz parte da luta ao nível do imaginário e do simbólico pelo poder de atribuição de determinados sentidos às coisas, aos fatos sociais, ao mundo. Como os objetos são captados em determinados contextos e relações com outras representações de outros objetos que formam um campo de representação. Portanto, o que confere seu sentido à representação não é tanto seu conteúdo, os elementos que a formam, mas as relações entre estes elementos (Andrade, 2000, p. 143).

Guareschi (1995) informa que nas representações sociais "estão presentes elementos dinâmicos e explicativos, na realidade social, física ou cultural. Também estão presentes aspectos culturais, cognitivo e valorativo. Tais elementos estão presentes nos objetos e nos sujeitos". Esta perspectiva é compartilhada por Wagner (2000, p.3, 4) que analisa a "representação social" como um conteúdo mental estruturado, isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico, sobre um fenômeno social relevante, que toma a forma de imagens ou metáforas, e que é conscientemente partilhado com outros membros do grupo social".

Estes autores informam que o aspecto diferencial do conceito de representações sociais é a sua dinamicidade e historicidade específicas. Isto explica em parte, a dificuldade da elaboração de um conceito em definitivo. As representações sociais estão associadas às práticas culturais, reunindo tanto o peso da história e da tradição, como a flexibilidade da realidade contemporânea, delineando as representações sociais como estruturas simbólicas desenhadas tanto pela duração e manutenção, como pela inovação e metamorfose. Ainda de acordo com esses autores,

Algumas idéias sobre a noção de representações sociais já podem ser tiradas a partir das contribuições conceituais de diversos autores e considerando as informações sobre os diferentes campos de aplicação: saberes sociais, atribuição de significado, conteúdo valorativo e prática social.

Conforme Santos (1996, p. 63), construir as representações sociais de um objeto é compartilhar dos modelos de pensamento e de explicações existentes na sociedade que são reconstruídos pelos sujeitos ao longo do seu processo de socialização. Para a autora, "É fundamental ter acesso a essas representações na medida em que elas fornecem indícios sobre e, por conseqüência, relativas a si mesmo, face à realidade social subjetivamente apropriada".

É justamente o conjunto de saberes, as formas de pensar e agir que os sujeitos elaboraram sobre a realidade, os quais estão vinculados às práticas sociais, que formam o conjunto de informações relevantes para este estudo. São os dados de vivência, de costumes existentes no local, levando em conta o conceito de identidade cultural e de sentimento de pertencimento a um lugar com determinadas características.

O Patrimônio Histórico-Cultural

A institucionalização do patrimônio nasce no final do século XVIII, com a visão moderna de história e de cidade. Nesta mesma época o patrimônio histórico era constituído pelas antigüidades, tem uma renovação iconográfica e conceitual. A idéia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e, enquanto tal, merecedor de proteção, perfaz-se através de práticas que ampliaram o círculo dos colecionadores e apreciadores de antigüidades e se abriram a novas camadas sociais: exposições, vendas públicas, edição de catálogos das grandes vendas e das coleções particulares.

Inicialmente, a categoria do patrimônio que mereceu a atenção foi a que se relaciona mais diretamente com a vida de todos: o patrimônio-histórico representado pelas edificações e pelos objetos de arte. Outrossim, é válido ressaltar que o patrimônio por sua vez, é uma palavra que estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no tempo e no espaço. Designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes dos seres humanos.

Paulatinamente, ocorre a passagem da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural, de tal modo que uma visão inicial reducionista, que enfatizava a noção do patrimônio e dos aspectos históricos consagrados por uma historiografia oficial, foi-se projetando até uma nova perspectiva mais ampla que incluiu o “cultural”, incorporando ao “histórico” as dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos não-tangíveis.

No que diz respeito ao conceito de patrimônio cultural, segundo Barretto (2000, p.09), “até (...) metade do século XIX, praticamente, patrimônio cultural foi sinônimo de obras monumentais, (...) propriedades de grande luxo, associadas às classes dominantes, pertencentes à sociedade política ou civil”.

Huyssen (2000, p. 54-55) situa esta vertente do monumento como um modo de

(...) garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável (...) Especialmente a arquitetura monumental (...) parecia garantir a permanência e oferecer um baluarte contra a aceleração do tempo, as bases movediças do espaço urbano e a transitoriedade da vida moderna.

Conforme (Unesco *apud* Barretto, 2000, p. 12), define-se

(...) patrimônio cultural como: monumentos - obras de arquitetura, escultura e pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica (...); conjunto de edificações – conjuntos de edificações separados ou conectados, os quais, por sua arquitetura, homogeneidade ou localização na paisagem, sejam de relevância universal do ponto de vista da história, da arte ou das ciências; sítios – obras feitas pelo homem ou pela natureza e pelo homem em conjunto, (...).

Para a presente pesquisa, adota-se como conceito de patrimônio cultural o resultado da cultura do homem, tanto os bens materiais como os bens imateriais. Todos contribuem para a identidade cultural de uma comunidade. Portanto, o significado atribuído ao bem material ou imaterial tem significado diferente para cada pessoa. Nesse sentido, o que se pode constituir patrimônio para uma pessoa pode não ser para outra.

A abrangência conceitual na abordagem do patrimônio cultural está relacionada, pois, com a retomada da própria definição antropológica da cultura como “tudo o que caracteriza uma população humana” ou como “o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social”, ou ainda, como “todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência”, inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através de idéias, da construção de objetos e das práticas rituais e artísticas. (Bosi *apud* Santos 2001).

No Brasil, a promulgação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o instrumento do tombamento. Na realidade, a política preservacionista brasileira data do início do século XX, com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, iniciativa pioneira do poder público no sentido de institucionalizar uma ação de proteção do patrimônio cultural brasileiro. A preocupação com a valorização do

patrimônio brasileiro inicia-se com os intelectuais modernistas, oriundos do movimento cultural denominado “Semana de 22”, destacando-se Mário de Andrade e Lúcio Costa, os quais exerceram papel determinante na criação e no funcionamento da agência nacional de proteção.

Contraditoriamente, os modernistas, que buscavam novos parâmetros para a cultura, elegem como patrimônio cultural a ser protegido apenas as edificações e os monumentos de pedra e cal, representativos do país colonial, escolhendo os sítios e monumentos setecentistas como símbolo das nossas raízes socioculturais, o nosso lastro de identidade nacional. O art. 1º do Decreto-Lei nº 25/37 limita a incidência normativa do conceito de patrimônio cultural, considerando que “constitui patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (Iphan, 2005)

A Constituição Federal de 1998 trouxe para o nosso ordenamento jurídico a vanguarda dos conceitos internacionais de patrimônio cultural, ampliando o leque de bens passíveis de proteção, incluindo a proteção sobre os bens imateriais, de natureza intangível. Nesse documento se efetiva a definição desse patrimônio, precisamente no art. nº 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Iphan, 2005)

Barretto (2000) explica que na atualidade existe um consenso de que patrimônio cultural inclui não somente os bens tangíveis, mas, também, os intangíveis, não só as manifestações artísticas, e, sim, todo o fazer humano, representando a cultura de todas as classes sociais, sendo além do edificado que possui valor histórico, o conjunto de utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma diária de viver de todas as pessoas que constituem a sociedade.

Dessa forma, este trabalho adota o conceito de patrimônio cultural mencionado por Toledo (2005):

Patrimônio cultural é a riqueza comum que nós herdamos como cidadãos, transmitida de geração em geração. Constitui a soma dos bens culturais de um povo. Ele conserva a memória do que fomos e somos, revela a nossa identidade. Expressa o resultado do processo cultural que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca. Apresenta, no seu conjunto, os resultados do processo histórico. Permite conferir a um povo a sua orientação, pressupostos básicos para que se reconheça como comunidade, inspirando valores, estimulando o exercício da cidadania, a partir de um lugar social e da continuidade do tempo.

A noção de patrimônio cultural, antes circunscrita à categoria de arte e arquitetura colonial brasileira - associada à alta cultura, expandiu-se. Atualmente, diferentes formas de “cultura popular” são consideradas como bens e valorizadas como parte da vida cotidiana e como forma de expressão de diferentes segmentos da sociedade brasileira (Gonçalves, 1996). A língua, as atitudes, as crenças, as tradições, os prédios, as obras de arte, o artesanato, os monumentos, os sítios históricos, os documentos, os rituais, as festas populares, as religiões, os esportes são patrimônio cultural, considerados bens culturais tangíveis e intangíveis que retratam a identidade e a memória da comunidade e que representam todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.

Além disso, Pellegrini (1993, p.94) completa afirmando que,

modernamente se compreende por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo representativo da coletividade da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico.

Vale ressaltar que o patrimônio cultural é um grande subsídio que torna possível conhecer os pormenores de uma região e de um dado momento histórico, sendo desta forma, um fator de grande relevância para os povos. O dinamismo das sociedades atuais vem provocando dificuldades nas tentativas de preservação do patrimônio cultural, surgindo assim, a atividade turística como uma das alternativas possíveis, de uma preservação mais ativa, uma vez que, o bem patrimonial deve ser encarado como algo integrado ao quadro econômico-financeiro local, regional e nacional. (Pellegrini Filho, 1997).

No que diz respeito ao patrimônio histórico-cultural de Rio Pardo, este é visto por alguns grupos isolados do município como um legado que deve ser preservado e constantemente revitalizado, buscando manter viva a memória social. O turismo por sua

vez, é uma atividade que se for bem planejada pode cumprir esta missão. **Ao mesmo tempo, o poder público tem que ser socialmente responsável, divulgando como patrimônio aquilo que efetivamente é considerado pela população como tal.**

Cenário de estudo

O município de Rio Pardo encontra-se localizado à 146 km da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, sendo que na sua organização político-administrativa integra a região do Vale do Rio Pardo-VRP. Possui um clima subtropical, apresentando verões muito quentes e invernos muito frios, com ocorrência de geadas. As médias anuais de temperatura variam entre 18° e 20°C. C. Dois rios cortam o município: o rio Jacuí, que corre no sentido oeste-leste, dividindo o território em duas porções e o seu afluente, o rio pardo, que corre no sentido norte-sul. O município possui balneários (praias de água doce) tanto para o lazer da comunidade local, como para os turistas que as visitam no verão. As principais praias são: Ingazeiros, Porto Ferreira, Porto das Mesas, Praia do Lambari e Santa Vitória.

Segundo dados do IBGE (2000), a área de unidade territorial é de 2.050,53 quilômetros quadrados e sua população total era de 37.783 habitantes, sendo 18.473 homens e 19.310 mulheres, com uma população urbana de 26.041 e rural de 11.742 pessoas.³ As principais vias de acesso à Rio Pardo são duas rodovias federais asfaltadas, BR 471 e BR 290, e uma rodovia estadual, a RS 403. Existe um terminal rodoviário por onde circulam diariamente linhas de ônibus da região e as que atendem aos distritos. Rio Pardo possui um ramal da estrada de ferro que liga Porto Alegre à Santa Maria, atualmente somente para transporte de cargas. Os rios permitem navegação de barcos de pequeno porte. No rio Jacuí, a navegação é facilitada pelas comportas da Barragem de Dom Marcos.. Entre as atividades econômicas desenvolvidas no município estão a agricultura, com o cultivo de arroz, soja, fumo e hortifrutigranjeiros; a pecuária, com a criação de bovinos de corte, gado leiteiro, ovinos e peixes; e no setor terciário destacam-se o comércio e as pequenas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas e pecuários (carne, massas, cereais, biscoitos, salgadinhos), metalurgia, vestuário, esquadrias de ferro, móveis, utensílios de aço, esquadrias de madeira. A riqueza de seu patrimônio histórico- cultural esta expresso nas igrejas, nos sobrados, nos casarões

³ Dados oficiais da página do município. www.riopardo.rs.gov.br em 11 de janeiro de 2006.

antigos de arquitetura neoclássica com influência portuguesa, nas ruas e praças, nos grupos folclóricos luso-açorianos e na culinária típica portuguesa.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, para a qual foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas. As entrevistas foram aplicadas pela própria pesquisadora, através de um roteiro de entrevista pré-definido. As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. Foram realizadas dez entrevistas aleatoriamente em diferentes locais da área central do município, com questões abertas, pois analisar a representação social exige do pesquisador uma abertura para que cada indivíduo entrevistado possa descrever suas opiniões.

Instrumento de pesquisa

Para obter as informações sobre a representação social da comunidade local de Rio Pardo, o método mais indicado e que reflete mais a realidade são as entrevistas, onde as perguntas são direcionadas de forma ampla e o entrevistado tem total liberdade de resposta. As questões aplicadas consideraram as informações sócio-demográficas e culturais dos entrevistados bem como a representação sobre o patrimônio histórico-cultural.

Sujeitos da Pesquisa

Para a realização da pesquisa piloto, foram conduzidas entrevistas a dez cidadãos residentes em Rio Pardo.

Resultados parciais da pesquisa piloto

As informações foram organizadas de acordo com a frequência de repostas mais comuns a cada questão. Os sujeitos-entrevistados apresentaram idade variando entre 20 e 66 anos. Do total de sujeitos entrevistado, seis são do gênero masculino e quatro do gênero feminino.

O nível de instrução dos entrevistados varia entre primeiro grau incompleto e pós-graduação completo. No que se refere à questão ocupação dos entrevistados, os mesmos são profissionais liberais, funcionários públicos e do lar.

Na questão profissão as respostas variam entre estudantes, taxistas, professores, advogado, artesões, do lar e vendedores. Na questão renda, alguns não responderam, sendo que quatro entrevistados ganha até dois salários mínimos.

Todos os entrevistados são residentes de Rio Pardo, sendo que deste número, nove são naturais do município e um entrevistado reside há mais de 34 anos.

Com relação à questão: O que é patrimônio histórico-cultural para você? os entrevistados responderam que os prédios que retratam a história da época são patrimônio, além disso, as igrejas, os saberes populares, a literatura, os hábitos e costumes, a religiosidade, a música e as receita, a memória da comunidade que deve ser preservada e valorizada. Apenas um entrevistado ressaltou que não tinha conhecimento do que significava patrimônio histórico- cultural.

A questão: O que você considera patrimônio histórico-cultural em Rio Pardo?, Os entrevistados responderam que a própria cidade é patrimônio histórico-cultural, além dos prédios e dos monumentos, a Casa de Cultura, o Museu Barão de Santo Ângelo, as igrejas, em geral, o acervo arquitetônico, os costumes e a gastronomia da etnia luso-açoriana, inclusive a festa portuguesa, pois resgatam a cultura dos antepassados que construíram o município. Outros elementos citados foram a Câmara dos Vereadores, o Forte Jesus Maria Jose e a Semana Santa, a primeira rua calçada do Estado e o Combate do Barro Vermelho, que é um fato histórico.

No que se refere à questão: O que representa para você o patrimônio histórico-cultural de Rio Pardo?, Os entrevistados ressaltaram que representa o conhecimento sobre os fatos históricos que aconteceram no território do município, além do importante legado cultural deixado pela etnia luso-açoriana, presente na dança açoriana a nas rodas de capoeiras trazidas pelos negros escravos que vieram juntos com os colonizadores. O fato de o município ter sido tranqueira invicta na demarcação dos territórios foi considerado importante para os entrevistados. O legado deixado nos costumes, na culinária e nos prédios existentes no município são representativos para os entrevistados. Além, de ser riopardense e conviver com todo o patrimônio histórico-cultural deixado pelos antepassados. Um dos entrevistados ressaltou que o patrimônio não representava nada porque não tinha interesse nestas coisas.

O que você conhece da história de Rio Pardo?, alguns entrevistados ressaltaram que não tinham muito conhecimento detalhado sobre a história do município, somente alguns episódios. Outros responderam que tinham conhecimento sobre a formação militar do município com a construção do Forte Jesus Maria Jose e a vinda do primeiro Regimento dos Dragões fazem parte da história. Os entrevistados ressaltaram que a questão da religiosidade dos luso-açorianos, que construíram no município igrejas para preservação da religião é outro fato da história.

Na questão: Você sabe quais são os prédios, as ruas, as festas que fazem parte do patrimônio histórico-cultural de Rio Pardo?, os entrevistados disseram que a Rua da Ladeira, a Antiga Escola Militar, atualmente Centro Regional de Cultura, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a Igreja São Francisco, a Igreja Senhor dos Passos, o Museu Barão de Santo Ângelo, a Ponte do Couto, os grupos de dança luso-açoriana, a gastronomia típica representada pelos sonhos portugueses, a Semana Santa, a Igreja de São Nicolau, a Antiga Intendência Municipal, atualmente Secretaria de Turismo são elementos patrimônio histórico-cultural do município. Apenas um entrevistado salientou que não considera nada.

Na questão: O que você diria destas edificações?, um entrevistado ressaltou que são prédios velhos e que não tem nenhum significado para ele, pois não gosta de coisas antigas, o restante dos entrevistados disseram que são atrativos turísticos e patrimônio histórico-cultural.

A questão: Você concorda com o que a folheteria diz que é patrimônio? os entrevistados ressaltaram que acham importante que o município divulgue o patrimônio histórico-cultural como atrativo turístico, sendo que ressaltaram que até guardam a folheteria como recordação. Alguns entrevistados discordam de alguns elementos, como por exemplo a praia dos Ingazeiros e o Clube Literário e Recreativo. Outros entrevistados ressaltaram que concordam, porém observaram que a folheteria turística não traz o patrimônio imaterial como por exemplo, as lendas, os costumes e as tradições dos luso-açorianos.

A questão: Você já os visitou? se não, porque?, dos dez entrevistados, mais da metade, ou seja, seis responderam que já os visitaram, um entrevistado nunca os visitou, pois não tem importância nem significado algum para ele. O restante dos entrevistados salientaram que visitaram alguns dos elementos do patrimônio histórico-cultural.

A última questão: Você se identifica com este patrimônio?, trouxe uma variedade de respostas, pois a questão é bastante subjetiva a cada entrevistado. As repostas salientaram a questão do pertencimento ao lugar, ou seja, a cidade onde nasceu e mora até hoje, também a questão ligada a infância, as recordações das festas, dos prédios, dos costumes luso-açorianos. Outro entrevistado abordou a questão da educação, pois quando estava na escola aprendeu sobre a cultura e hoje tem uma identidade com o município. Uma entrevistada salientou a importância do patrimônio de Rio Pardo na sua identidade pois ela é professora de história e gosta muito de saber a história dos antepassados. Mais uma salientou a identificação com o patrimônio das igrejas, pois ela vai para rezar. A resposta dada por um entrevistado ressaltou a sua ascendência materna açoriana, então todos os elementos do patrimônio são importantes para ele, pois constroem a sua identidade cultural. Apenas um entrevistado respondeu que não tem identificação alguma com este patrimônio.

Conclusão

As informações sobre os elementos que constituem as representações sociais da comunidade riopardense a respeito do patrimônio histórico-cultural permitem chegar a algumas conclusões preliminares. A atribuição de significado e, conseqüentemente, a representação social são subjetivos e concernentes a cada pessoa que irá identificar e selecionar bens materiais e imateriais para que possam fazer parte de seu patrimônio cultural.

Dessas diferentes perspectivas pode-se concluir que as representações constituem-se num instrumento para análise dos aspectos sociais, pois retratam a realidade. Compreender as representações sócias da comunidade riopardense permite explicar não só os comportamentos em relação ao patrimônio histórico-cultural, mas também como essas representações são apreendidas e reconstruídas pela comunidade servindo de referência a construção da identidade.

Conclui-se que com a pesquisa piloto sobre as representações sociais da comunidade de Rio Pardo sobre o patrimônio histórico-cultural, pode-se construir as seguintes hipóteses:

- Há uma relação significativa entre a representação social de parte da comunidade local com o que a folheteria turística indica como patrimônio histórico-cultural.

-
- Há outra parcela da comunidade local que não comparte da visão de patrimônio da folheteria turística e nem sequer tem um conceito de patrimônio formado.

Cabe destacar também que existe alguns grupos da comunidade local que buscam manter o legado existente no município para o aproveitamento turístico, o que significa ter uma relação cuidadosa com o patrimônio, para que seu aproveitamento seja duradouro. O turismo mostra-se como possibilidade de dar a manutenção necessário para que o patrimônio não se perca no tempo, mas isso só será possível se a comunidade se sentir legitimada neste patrimônio e desenvolver ações em prol do mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P; OLIVEIRA, D.C.de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

_____. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ,, 2001.

ANDRADE, J.V.de. Turismo: **fundamentos e dimensões**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BARRETTO. M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades de planejamento. Coleção Turismo. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GONÇALVES, J. R. S. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN. Site Institucional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: < www.iphan.gov.br>. Acessado em 16 de dezembro de 2005.

VALA, J.; MONTEIRO, M.B. **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MOREIRA, A. P.; OLIVEIRA, D. C de. (ogrs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO:AB, 2003.

PELLEGRINI FILHO, A. **Ecologia, Cultura e Turismo**. Campinas: Papirus, 1993.

_____. **Ecologia, Cultura e Turismo**. 2 Ed. Campinas: Papirus, 1997.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das RS. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S.P; OLIVEIRA, D.C.de (orgs). **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed. Goiânia, GO: AB, 2000.

SANTOS et al. *In: Anais do VII Seminário Regional de Ecologia*: UFSCar, 1996.

SANTOS, C. R. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2001. abr/jun. 15.

SPINK, J. M. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, P., JOVCHELOVITCH, S. (org.) **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis:Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs) **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (orgs). **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TOLEDO, S.F, **A questão do patrimônio cultural**. Disponível em <http://www.valedoparaiba.com>, acesso em 20 de outubro de 2005.